



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

VITÓRIA MARIA DOS SANTOS LIMA

**O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE ITAMBÉ E A CONTRIBUIÇÃO
DOS CONSELHEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

**JOÃO PESSOA-PB
2024**

VITÓRIA MARIA DOS SANTOS LIMA

**O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE ITAMBÉ E A CONTRIBUIÇÃO
DOS CONSELHEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade ARTIGO, apresentado ao Curso de Bacharelado em Turismo, do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador(a): Dr^a. Ana Valéria Endres

JOÃO PESSOA-PB
Outubro / 2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732c Lima, Vitoria Maria dos Santos.

O Conselho Municipal de Turismo de Itambé e a
contribuição dos conselheiros para o desenvolvimento
turístico / Vitoria Maria dos Santos Lima. - João
Pessoa, 2024.

36 f. : il.

Orientação: Ana Valéria Endres.

TCC (Graduação) - UFPB/CCTA.

1. Turismo - TCC. 2. Itambé, PE - Políticas públicas
de turismo. 3. Governança turística. 4. Redes sociais -
Análise. 5. Itambé/PE - Desenvolvimento turístico. I.
Endres, Ana Valéria. II. Título.

UFPB/CCTA

CDU 338.48(043.2)

VITÓRIA MARIA DOS SANTOS LIMA

**O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE ITAMBÉ E A CONTRIBUIÇÃO DOS
CONSELHEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade ARTIGO, apresentado ao Curso de Bacharelado em Turismo, do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

TCC APROVADO em: ____ / 10 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANA VALERIA ENDRES**
Data: 07/11/2024 10:28:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Doutora Ana Valéria Endres (UFPB)
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA FELIX DA SILVA**
Data: 06/11/2024 22:57:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Doutora Márcia Félix da Silva (UFPB)
(1º examinador)

Documento assinado digitalmente
 **PAULO HENRIQUE FERREIRA LACERDA**
Data: 06/11/2024 08:37:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Mestre Paulo Henrique Ferreira Lacerda (USP)
(2º examinador)

RESUMO

Os conselhos municipais de turismo são identificados como espaços participativos significantes para a gestão do turismo de um destino, contribuindo para a formulação de políticas públicas, tomada de decisão e fortalecimento da governança. Mas para avaliar a efetividade desse espaço, faz-se necessário o entendimento dos atores que fazem parte dele, qual o papel deles no conselho e suas relações, sejam eles do primeiro, segundo ou terceiro setor. Este trabalho tem o objetivo analisar o Conselho Municipal de Turismo de Itambé/PE e a sua contribuição para o desenvolvimento turístico local a partir da percepção dos seus membros. Esta é uma pesquisa descritiva, exploratória, bibliográfica, documental e de campo, de abordagem qualitativa, delimitando-se no município de Itambé, Pernambuco, ao campo do Conselho Municipal de Turismo de Itambé. Concluiu-se através da análise da leitura das atas de reuniões, entrevistas e das redes de interação, que o Conselho Municipal de Turismo de Itambé mudou o cenário para que se tenha mais oportunidades para o turismo do município, apesar da falta de recursos ou atuação maior do poder executivo, percebidos e expostos pelos próprios conselheiros, e que a confiança estabelecida entre eles e a influência de cada um para as outras representações, é importante para as ações desenvolvidas no turismo em Itambé.

Palavras-chave: desenvolvimento turístico; políticas públicas de turismo; conselho municipal de turismo; governança turística; análise de redes sociais; Itambé/PE.

ABSTRACT

Municipal tourism councils are identified as significant participatory spaces for the management of tourism in a destination, contributing to the formulation of public policies, decision-making and strengthening of governance. However, in order to evaluate the effectiveness of this space, it is necessary to understand the actors that are part of it, their role in the council and their relationships, whether they are from the first, second or third sector. This paper aims to analyze the Municipal Tourism Council of Itambé/PE and its contribution to local tourism development based on the perception of its members. This is a descriptive, exploratory, bibliographical, documentary and field research, with a qualitative approach, limited to the city of Itambé, Pernambuco, and the field of the Municipal Tourism Council of Itambé. It was concluded through the analysis of the reading of the minutes of meetings, interviews and interaction networks, that the Municipal Tourism Council of Itambé changed the scenario so that there are more opportunities for tourism in the city, despite the lack of resources or greater action by the executive branch, perceived and exposed by the councilors themselves, and that the trust established between them and the influence of each one on the other representations, is important for the actions developed in tourism in Itambé.

Keywords: tourism development; public tourism policies; municipal tourism council; social network analysis; tourism governance; Itambé/PE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rede de presença nas reuniões	28
Figura 2: Rede de vínculo de trabalho	29
Figura 3: Rede de confiança para trabalho	31
Figura 4: Rede de amizade.....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais políticas relativas à criação e consolidação dos Conselhos Municipais de Turismo no Brasil.....	18
Quadro 2: Projetos e ações realizadas pelo COMTUR entre os anos de 2019 e 2024.....	23
Quadro 3: Atributos dos conselheiros	Error! Bookmark not defined.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1	Políticas públicas de turismo, governança e desenvolvimento local	9
2.2	Redes de interação	13
2.3	Conselhos Municipais de Turismo	16
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
4.1	O município de Itambé/PE e o turismo	21
4.2	COMTUR de Itambé e percepção dos conselheiros	22
4.3	Redes de interação no COMTUR/Itambé	28
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	34

O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE ITAMBÉ E A CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

THE MUNICIPAL TOURISM COUNCIL OF ITAMBÉ AND THE CONTRIBUTION OF COUNCILORS TO TOURISM DEVELOPMENT

Vitória Maria dos Santos Lima¹

Ana Valéria Endres²

INTRODUÇÃO

Os conselhos municipais de turismo são identificados como espaços participativo significativa para a gestão do turismo de um destino, contribuindo para a formulação de políticas públicas, tomada de decisão e fortalecimento da governança. Mas para avaliar a efetividade desses espaços, faz-se necessário o entendimento dos atores que fazem parte dele, o que eles entendem da atividade turística, qual o papel deles no conselho, e o que almejam com o turismo, sejam eles do primeiro, segundo ou terceiro setor. Ainda mais, esse tipo de espaço é importante, porque além da descentralização da gestão turística, contribui para uma igualdade participativa, que segundo Mata e Emmendoerfer (2017), possibilitará as deliberações na esfera pública, advindos dessa liberdade de acesso às informações disponíveis que este ambiente proporciona.

Os conselhos envolvem indivíduos de diferentes setores da sociedade, sendo um local de debates democráticos, em que se tenta chegar a um acordo, mas ainda assim apresentam particularidades de percepções. Isso exige também que esses participantes tenham capacitação e a orientação necessária em relação às suas responsabilidades dentro do conselho (Feger *et al.* 2024). Dessa forma, esses atores

Além disso, Lacerda, Endres e Tomazzoni (2024), após revisarem em sua pesquisa sobre redes de políticas públicas, viram como é necessário entender as redes em contextos de destinos turísticos menos desenvolvidos ou que ainda não alcançaram bom desempenho, sendo Itambé/PE um município que se encaixa nessa categoria, estando em seus primeiros passos no cenário turístico.

O Conselho Municipal de Turismo em Itambé/PE foi criado em 2019 por meio da Lei Municipal Nº 1833/2019, sendo um órgão de caráter consultivo (Art. 3º) e tem seis representantes, cada um com um suplente e cada representante atenderá ao mandato de dois anos. É importante que os atores envolvidos na gestão turística, direta ou indiretamente,

¹ Graduanda do Curso de Turismo/UFPB

² Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria/UFPB - Orientadora

entendam a importância desse espaço de participação e suas implicações. Dada a relevância do tema, questiona-se: em que medida as ações do Conselho Municipal de Turismo repercutem no planejamento do desenvolvimento turístico de Itambé/PE na percepção de seus membros.

Essa problemática envolve a discussão sobre como a interação entre os diferentes atores, suas percepções e a formação de redes de políticas públicas podem impactar o desenvolvimento turístico local e a efetividade do Conselho Municipal de Turismo.

Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar o Conselho Municipal de Turismo de Itambé/PE e a sua contribuição para o desenvolvimento turístico local a partir da percepção dos seus membros. Também são objetivos específicos desta pesquisa discutir sobre as políticas públicas de turismo, identificar as redes de políticas públicas e a governança turística estabelecidas em Itambé, e apresentar o COMTUR e a visão dos conselheiros sobre as ações e projetos para o desenvolvimento turístico no município.

O Conselho Municipal de Turismo de Itambé/PE representa uma importante iniciativa para promover a participação democrática na gestão turística do município, reunindo diferentes atores da sociedade em um espaço de debate e consulta. As indagações apresentadas surgiram após a participação da autora nas reuniões e visitas técnicas realizadas pelo Conselho Municipal de Turismo/PE entre os anos de 2021 e 2022. A análise das percepções dos atores envolvidos é essencial para entender a efetividade deste conselho e suas contribuições para a formulação de políticas públicas e o fortalecimento da governança.

REFERENCIAL TEÓRICO

Políticas públicas de turismo, governança e desenvolvimento local

A política pública tem origem a partir de necessidades comuns de grupos e indivíduos da sociedade, mas depende do interesse da gestão pública para sua execução, e sua finalidade deve ser voltada para o bem comum, não importando qual área essa política pública é voltada (Santos, Cruz e Costa, 2020), sendo uma delas, o turismo.

As políticas públicas no turismo vão surgir da necessidade de maior organização, por meio de “estruturas, diretrizes, metas, objetivos, programas e projetos que pudessem nortear esta atividade” (Santos, Cruz e Costa, 2020, p.4). Também é entendido como política pública de turismo o “conjunto de ações dos atores públicos que, em colaboração com outros setores, tem a intenção de alcançar objetivos diversos relacionados com a variedade do fenômeno turístico” (Coutinho e Nóbrega, 2019, p.60).

Mata e Emmendoerfer (2017) definem o ciclo de políticas públicas sendo um processo

político, por meio de cinco fases: a percepção do problema, a agenda, a formulação, a implementação e a avaliação da política e seus impactos na atividade. Esse processo é relevante para avaliar se a política de turismo está sendo implementada de forma eficaz e planejada, mesmo este não sendo um processo estático. Nesse ponto também é destacado o papel dos atores públicos e as problemáticas que se tentam reparar, por meio de uma ação coerente do turismo (Coutinho e Nóbrega, 2019). Assim, é importante que a localidade esteja ciente dos problemas vivenciados pela população e atores envolvidos no processo do planejamento turístico, dessa forma, as políticas públicas serão mais eficazes e adequadas.

A preservação da identidade local, a promoção dos benefícios socioeconômicos e a sintonia entre os gestores, atores do turismo e residentes, devem ser considerações a serem tomadas no planejamento do turismo (Castilho *et al.*, 2021). Outro ponto a se destacar na realização de uma política pública de turismo é a razão para promover o turismo na localidade desejada, sendo isso um dos fatores que implicam na sua funcionalidade (Coutinho e Nóbrega, 2019). Esses são aspectos que a governança no turismo deve estar atenta ao implementar essas políticas, principalmente nos espaços de relação e discussão onde elas são abordadas, a exemplo dos conselhos municipais.

Segundo Kalaoum e Trigo (2021), a governança não deve ser entendida como um padrão, “mas como meio ou forma em que se manifestam as relações entre diferentes agentes envolvidos nas arenas políticas e que são mediadas pelo Estado” (p.80) e que a governança vai tratar das relações existentes num espaço político democrático, participando deste, agentes do Estado, do mercado e da sociedade civil. Coutinho e Nóbrega (2019) dizem que a governança não é um fim, mas um processo, que acontece por meio do Estado, mas incorpora atores diversos para a tomada de decisões. Acentua-se nessas duas definições, o papel do Estado como agente hierárquico e deliberativo, mas norteador das relações e participações entre os demais agentes envolvidos no planejamento turístico.

Neste contexto da governança “[...] é possível identificar uma grande variação no que diz respeito aos aspectos estruturais e conjunturais que afetam o turismo, inclusive em uma mesma região” (Almeida e Costa, 2007, p.2). E conforme é evidenciado no próprio conceito da palavra, sem a participação plural, não se pode ter governança (Feger *et al.* 2024). A pluralidade dos atores do turismo na tomada de decisões no planejamento, provém da democracia política, e alguns dos benefícios dessa democracia advindas da governança turística são a transparência, equidade, eficácia, cooperação, etc., por trazer as representações de interesses diferentes (Coutinho e Nóbrega, 2019).

Conforme Coutinho e Nóbrega (2019), a política atual busca se adequar ao modelo

capitalista e conservador, que está relacionado aos interesses econômicos, e também atender às demandas sociais, e é nesse contexto que os espaços de participação muitas vezes são limitados, tendo a administração pública um poder maior que a população participante, e isto é colocado pelos autores como um dos desafios da governança do turismo. Apesar disso, é perceptível como a sociedade gera cada vez mais opiniões e expectativas aos governos.

Os autores também evidenciam que as instâncias de governança muitas vezes não são estimuladas a exercitar a participação “no processo de planejamento e gestão devido à sobreposição de ações desencadeadas pelo resultado de inúmeras tentativas fracassadas de políticas voltadas ao turismo desde a década de 1970” (Coutinho e Nóbrega, 2019, p.59), principalmente pela descontinuidade governamental, que ocorre quando projetos não são desenvolvidos e postos em prática pelo fato de terem sido realizados por antigos gestores.

Santos, Cruz e Costa (2020) afirmam que “o desenvolvimento do turismo sob a égide de um paradigma mais flexível e competitivo tem sido as tentativas dos governos quanto às formulações de políticas públicas” (p.9). Para o desenvolvimento local, é necessário ter planejamento, e este deve estar centrado ao benefício dos residentes, contendo a participação de todos nos processos de planejamento (Almeida e Costa, 2007). Esse planejamento atrelado às políticas, são percebidos como fatores importantes para o desenvolvimento do turismo (Campos, Mariani e Thomaz, 2016), que geram a longo prazo uma governança firme e articulada.

E é por meio da governança que se alcança um processo de desenvolvimento, o andamento das demandas, e atender necessidades dos diferentes atores do turismo, sejam eles consultivos, deliberativos, ou com maior poder de decisão (Kalaoum e Trigo, 2021), além da execução concreta de uma política pública, que segundo Santos, Cruz e Costa (2020) vai contar com três instrumentos fundamentais: o plano, o programa e o projeto. Esses instrumentos norteiam os atores para o desenvolvimento de um local.

O termo desenvolvimento vai apresentar variados conceitos, ainda mais quando interligado à atividade turística (Campos, Mariani e Thomaz, 2016). O termo traz reflexões por si só, contextualizando as relações entre homem e ambiente, demonstrando um leque de posturas e sendo difícil a assimilação entre alguns conceitos e ideias (Fahel, 2017). A noção de desenvolvimento é antiga, mas o marco científico do termo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial na Europa, onde originaram-se as ideias de desenvolvimento não apenas ligadas ao capital, mas surgindo a definição de desenvolvimento sustentável (Fahel, 2017).

Fahel (2017, p.68) parte de que “o desenvolvimento induz movimento, construção, progresso e mudança e de que sustentabilidade pressupõe a manutenção e o prolongamento das

coisas tais quais elas estejam”. De semelhante forma, Campos, Mariani e Thomaz (2016, p. 501) dizem que o entendem “como sinônimo de progresso, ampliação quali quantitativa dos recursos de produção[...]”. Os autores ainda defendem que o desenvolvimento é o cenário onde as práticas humanas são entendidas, de forma a demonstrar quais são os desafios e pontos de melhoria no desenvolvimento, mesmo que ainda a concepção mais difundida do termo seja o relacionado ao crescimento econômico.

Entender as condições de desenvolvimento dos destinos é algo apontado por Almeida e Costa (2007) como algo a ser analisado junto ao planejamento, que é fundamental no alcance para o desenvolvimento sustentado e sustentável. Kalaoum e Trigo (2021) também apontam como o modelo de governança pública não deve focar no desenvolvimento individual, mas como ele atenderá a outros grupos, ou seja, o coletivo. Castilho *et al.* (2021, p.292) diz que “a má gestão ou a falta de gestão colocam em risco a produção, o produto, a comercialização e o futuro do turismo”, pois acarretará na desvalorização dos destinos e perda de oportunidades no mercado, distribuição de renda ineficaz, degradação ambiental e na qualidade de vida dos residentes.

Mesmo considerando o contexto brasileiro das políticas públicas de turismo, que exercem efetiva relevância para o turismo e abrangem os três âmbitos estatais (municipal, estadual e federal), a exemplo do Programa de Regionalização do Turismo, segundo Almeida e Costa (2007), quando essa realidade é comparada ao nível local, principalmente em municípios pequenos ou médios, o planejamento não é desempenhado de forma satisfatória. Os autores ainda apontam que um dos principais fatores que impedem esse planejamento é o imediatismo e a descontinuidade política, pois não consideram que o processo de mudanças e melhorias eficazes são de médio a longo prazo (Almeida e Costa, 2007). Essa é uma realidade vivenciada em muitos municípios brasileiros, que repercute em incertezas sobre o futuro de uma localidade.

Semelhante a isso, Coutinho e Nóbrega (2019) destacam o personalismo como um dos fatores da governança de destinos turísticos, que refletem negativamente no desenvolvimento desses destinos. Outro ponto a se considerar é o grau do turismo como prioridade na agenda política dos gestores dos municípios. Se o turismo é percebido do ponto de vista da objetividade, e não são realizados os investimentos devidos, como é exposto por Coutinho e Nóbrega (2019) e sem ser tratado com seriedade, a atividade tende a não se desenvolver, ou pode crescer de forma a trazer impactos negativos, decorrentes da gestão precária. Essa falta de percepção da relevância do turismo é colocada como outro fator prejudicial e desafio da governança dos destinos turísticos pelos autores.

Assim, é fácil identificar se um município está em direção ou não ao seu

desenvolvimento, considerando as muitas formas de entender a ideia de desenvolvimento, sendo um conceito que não é tão óbvio ou isento de disputa e controvérsia quanto se pode imaginar (Souza, 1997). Campos, Mariani e Thomaz (2016, p. 504) definem o desenvolvimento local como “a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social”, e que essa discussão é necessária, pois é um dos passos para entender esse processo em sua totalidade.

Entende-se, assim, que o desenvolvimento é um conjunto que integra os interesses do mercado e o bem-estar da população. Percebe-se que “o planejamento turístico não é uma panaceia capaz de resolver todos os problemas, mas quando realizado de forma colaborativa pode contribuir substancialmente na construção de localidades sustentáveis” (Bursztyn, 2004, p.6). Nesse contexto, os conselhos municipais emergem para reivindicar os interesses sociais, destacando o turismo como uma atividade que não apenas gera benefícios econômicos, mas também promove o desenvolvimento social.

Além dos espaços de participação em si no planejamento do turismo, destaca-se também o papel dos atores locais, sendo eles sujeitos de ação no turismo, como também responsável da atividade (Campos, Mariani e Thomaz, 2016) e não apenas um objeto da atividade turística. Nesse âmbito dos atores locais, sendo a atuação da sociedade civil organizada, instituições e gestão pública, é importante sobretudo “considerar em especial os elementos endógenos da localidade onde está sendo desenvolvida a atividade turística” (Campos, Mariani e Thomaz, 2016, p. 512). Logo, antes de qualquer ação, deve ser feito o conhecimento do espaço em que a atividade turística será desenvolvida.

Esses elementos endógenos são fatores internos que vão influenciar o desenvolvimento e as características do local, podendo incluir os recursos naturais, o capital humano utilizado, as culturas e tradições, a infraestrutura, as instituições atuantes e os empreendimentos locais. Esses fatores interagem entre si e desempenham um papel importante no desenvolvimento sustentável e na resiliência da localidade.

Redes de interação

Os representantes dos conselhos municipais precisam conhecer seu papel, por isso, é imprescindível a capacitação e orientação dos mesmos sobre suas responsabilidades (Feger *et al.* 2024). Ressalta-se a população e os espaços sociais e políticos como agentes de políticas públicas essenciais para que nenhum dos lados do setor sejam prejudicados. Endres (2002a) expõe como a descentralização da gestão do turismo pelo Programa Nacional de

Municipalização do Turismo na época, possibilitou a entrada dos municípios no cenário nacional, principalmente, “como novos atores no processo de implementar determinadas políticas, ainda elaboradas e concebidas no âmbito federal” (p. 72).

Outra questão apontada acerca da participação e mobilização dos atores, é a visão de planejamento turístico que esse espaço irá atribuir, Hall (2001) percebe como isso se constrói por meio da visão de um planejamento que vai se importar com os processos integrados para satisfazer as necessidades de todos os indivíduos e organizações interessadas. Essa participação, quando apreciada, vai materializar “dois princípios da democracia: a autodeterminação e inclusão” (Feger *et al.* 2024, p.9). De forma semelhante, Campos, Mariani e Thomaz (2016) afirmam que a participação na escala local proporcionará a efetivação, a continuidade e a sustentabilidade do desenvolvimento.

Ao definirem atores de governança a partir das análises teóricas de sua pesquisa, Kalaoum e Trigo (2021, p.85) relataram que as relações de participação são estabelecidas em redes “[...] e que visam por meio de processos de cooperação e conflito a busca e o desenvolvimento da atividade turística [...]. O sucesso da execução dessas ações está relacionado diretamente pela interdependência dos atores envolvidos (Coutinho e Nóbrega, 2019) e suas relações.

A governança turística no Brasil foi estruturada e organizada a partir da esfera regional, por meio de agrupamentos municipais, formando redes de interação (Coutinho e Nóbrega, 2019). Essas redes, segundo Lacerda, Endres e Tomazzoni (2024, p.346 e p.347) podem ser compreendidas “como representações de relações sociais existentes em determinado contexto” e elas se apresentam como uma maneira de entender os espaços de participação, pois mostram “a materialização relacional e institucional do planejamento turístico descentralizado”.

As redes devem apresentar um “processo autônomo, voluntário e altamente dinâmico, requerendo de todos os atores/agentes o sentimento de pertencimento e cooperação” (Coutinho e Nóbrega, 2019, p.65). Este é um termo interessante, pois demonstra a facilidade de compreensão e visualização da ligação entre pessoas físicas e jurídicas (Costa, Borges e Silva, 2020). Em relação aos atores nas redes, os envolvimento dependem da necessidade do compartilhamento de recursos, demonstrando que cada ator apresenta um objetivo particular.

De forma semelhante, Costa, Borges e Silva (2020, p.81) esclarecem que “dentre as vantagens em participar de uma determinada rede está a possibilidade de criar estratégias e motivar os envolvidos para o desenvolvimento local e regional do turismo”, e que mesmo estando num contexto hierarquizado, elas apresentam e estimulam a participação e a cooperação, considerando as necessidades dos atores envolvidos.

Assim, segundo Costa, Borges e Silva (2020, p.84), as redes oferecem uma forma de comunicação estratégica, influenciadora, ágil e cooperada, tendo uma organização e circulação de ideias e ações, auxiliando no planejamento e organização do turismo, sendo também estratégico para necessidades e interesses de grupos que fazem parte desse sistema. Os autores ainda salientam que a avaliação da atividade turística depende da compreensão do contexto do município “e a partir disso identificar as percepções dos atores do turismo quanto as potencialidades e entraves que implicam no processo de planejamento e que servem de base para encaminhar e definir ações e políticas públicas que compreendam a realidade local”.

São por essas redes que as mudanças institucionais tem sua efetividade (Endres e Pakman, 2019). Mesmo tendo em vista esse contexto político democrático e inclusivo da governança instigada pelas políticas de turismo brasileira, essas relações não estão seguras da inexistência de conflitos, desavenças e disputas de poder (Kalaoum e Trigo, 2021), e todo o funcionamento dessas redes políticas são instáveis, justamente por obter diversos atores, visões e estratégias envolvidas na sua composição (Lacerda, Endres e Tomazonni, 2024).

Castilho et al. (2021) destacam que os conselhos surgem da prerrogativa de que o município seja inserido em uma região turística, considerando as políticas públicas de turismo no Brasil. No entanto, as disputas políticas, estratégias e manobras no contexto bourdieusiano acabam prejudicando tanto a cidade quanto o desenvolvimento do turismo local. Pois nesses espaços são escancarados as reivindicações, cobranças, necessidades e interesses dos setores que são diferentes, estabelecendo conflitos.

Isso caracteriza a afirmativa de Lacerda, Endres e Tomazzoni (2024, p.348) de que nem tudo “o que é pensado na política irá, de fato, repercutir positivamente na sociedade”. Os autores chegam a essas conclusões a partir da aplicabilidade de técnicas de mapeamento em redes para investigar a confiança e a cooperação no destino de Petrolândia/PE e vão destacar a importância da confiança interpessoal na gestão descentralizada do turismo, que é algo descrito em normas para a governança turística dos destinos.

De forma geral, as redes sociais formadas nas instâncias de governança turística irão materializar as relações e a institucionalização do planejamento turístico, promovido pela gestão descentralizada do turismo (Lacerda, Endres e Tomazonni, 2024). Assim, expressando os atores e personalidades mais centrais, o fluxo de troca de recursos e informações e os outros tipos de relação que esses espaços proporcionam aos indivíduos participantes, demonstrando a complexidade que envolve a gestão do turismo.

Conselhos Municipais de Turismo

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu o processo de redemocratização no Brasil, marcando a transição política de um governo hierárquico para um modelo de governança, que destaca o papel da participação social na tomada de decisões e formulação de políticas públicas (Kalaoum e Trigo, 2021). Em 1988, a Constituição Federal estabelece a participação social na formulação e controle das políticas públicas (Brasil, 1988), evidenciando a importância da participação por meio da descentralização. Esse desdobramento da política brasileira, focada na descentralização da gestão política, também culminou nas mudanças do planejamento turístico.

E foi nesse contexto que surgiram os conselhos municipais de turismo, que se constituíam como o terceiro nível estatal da estrutura do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), coordenado pela Empresa Brasileira de Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) (1995 - 2002), e atualmente Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, e teve seu início em 1994. Uma das primeiras ações dentro do PNMT consistia no “Guia para Treinamento dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e Monitores Municipais”. Após esse treinamento para os monitores, que trabalhavam a mobilização e sensibilização da população, estes atores se organizam para a formação do conselho municipal de turismo de cada localidade. Que pode ser entendido como:

órgão da Administração Municipal de caráter consultivo e deliberativo que conjuga esforços entre o poder público e a sociedade civil, para assessorar o município em questões referentes ao desenvolvimento do turismo. É por meio do Conselho Municipal de Turismo que a comunidade, representada por seus diversos segmentos, participa da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (Ministério do Turismo, 2007, p.19).

Kalaoum e Trigo (2021) vão definir os conselhos, como órgãos de composição, que são em sua maioria paritária entre membros do governo e segmentos da sociedade civil, podendo ter condições para repasse de recursos da gestão governamental. Mata e Emmendoerfer (2017), captaram aspectos recorrentes tratando-se da caracterização dos conselhos, que são: a) o elemento jurídico, considerando a Constituição de 1988 do Brasil, que possibilitou a criação dos conselhos; b) os temas, a saber se o conselho é setorial ou temático; c) os níveis, de esfera federal, estadual e municipal; d) a representação, quanto se os membros são representantes de organizações civis ou governamentais; e) a paridade, quanto ao número de membros de cada representação e; f) natureza, se são consultivo, deliberativo ou fiscalizadores.

Em 2003, se tem a criação do Ministério do Turismo, do Conselho Nacional de Turismo e do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Turismo e é lançado o Plano Nacional de

Turismo 2003/2007 “Diretrizes, Metas e Programas”. A partir do PNT, em 2004 foi implantada mais uma política pública de turismo de âmbito territorial, mas que ainda se debruçava sobre o caráter descentralizador do planejamento do PNMT, que é o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil.

Neste caso, os municípios não teriam ação isolada, mas sim da localidade para a região, tendo ação conjunta e articulada entre os municípios. O PRT surgiu para ampliar o planejamento turístico, possibilitando que os municípios se destaquem e superem dificuldades como: a) a descontinuidade que muitos municípios tiveram durante o período do PNMT; b) os muitos municípios que puderam finalizar seus projetos com o auxílio de agentes externos à localidade; c) como muitos destinos só conseguem se manter e se destacar por meio de ligações com outras regiões. O Ministério do Turismo (2007) destaca que:

Para ser bem-sucedida, a atividade turística não deve se restringir a um município, portanto não pode ser pontual. Em geral, os destinos turísticos de sucesso abrangem uma região, ou um roteiro turístico que engloba, de forma complementar, atrativos, serviços e segmentos turísticos de distintas localidades (Ministério do Turismo, 2007, p.21).

Vale ressaltar que o Plano Nacional de Turismo é o norteador da política nacional de turismo para todo o país, e essa transição do PNMT para o PRT, permitiu que houvesse maior aproximação dos âmbitos municipais e estaduais (Ministério do Turismo, 2007). Estabelecendo a descentralização e deixando a atividade ainda mais democrática.

Isso coloca os municípios brasileiros com algum potencial turístico, em posição de ter condições de gestão para promover o desenvolvimento da atividade turística. Além de tirar de foco a centralidade nas ações de planejamento, motivando e dando autoestima ao município, de forma a elaborarem seus próprios planos de desenvolvimento, e nessa parte os conselhos municipais de turismo assumem papel crucial na deliberação e consulta desse planejamento turístico, por meio da articulação de diversos atores sociais (Endres, 2002). Os conselhos importam, pois são colocados como um espaço de articulação e responsável por deliberar debates importantes para qualquer ação da atividade turística que for ser realizada, além de abrir os horizontes para o gestor municipal na agenda e prioridade dos recursos.

Castillo *et al.* (2021, p. 286) destaca que “a criação desses conselhos tem como prerrogativa dar voz e participação ativa aos atores da sociedade”, enfatizando o diálogo e a descentralidade da gestão turística. Ressalta-se que por meio desses programas no Brasil, destinos que não apresentavam instâncias desse tipo instaladas, puderam consolidar seus Conselhos Municipais de Turismo (Castillo *et al.*, 2021) visto a abertura da participação social

nesse espaço.

Em 2008, foi decretada a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11771 de 17 de setembro de 2008), onde é evidenciado a promoção, a descentralização e a regionalização do turismo com a efetiva participação das comunidades receptoras (Brasil, 2008). A seguir, apresenta-se um quadro cronológico das políticas públicas importantes que possibilitaram e deliberaram para a consolidação e criação dos Conselhos Municipais de Turismo:

Quadro 1 - Principais políticas relativas à criação e consolidação dos Conselhos Municipais de Turismo no Brasil

1980	Processo de redemocratização - Marca a transição política de um Estado ditatorial de gestão centralizado para um modelo de Estado democrático com gestão descentralizada que destaca o papel da participação social na tomada de decisões e formulação de políticas públicas.
1988	Constituição Federal: Estabelece e rege a participação social na formulação e controle das políticas públicas (Brasil, 1988) - Por meio da Assembleia Constituinte - Enfatiza a importância da participação por meio da descentralização.
1994	Implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) - Pela EMBRATUR.
2003	Criação do Ministério do Turismo.
2003 - 2005	Criação do Conselho Nacional de Turismo e do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Turismo e é lançado o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 "Diretrizes, Metas e Programas".
2004	Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT).
2008	Lei Geral do Turismo (Lei nº 11771 de 17 de setembro de 2008) - Promover, descentralizar e regionalizar o turismo com a efetiva participação das comunidades receptoras.
2024	Nova Lei Geral do Turismo (Lei nº 14.978, de 18 de Setembro de 2024) – Veio favorecer uma maior aproximação entre poder público e iniciativa privada no Brasil.

Fonte: Autoria própria, com base em Kalaoum e Trigo (2021); Endres, (2002); Santos, Cruz e Costa (2020)

Quanto à representação nos conselhos, Mata e Emmendoerfer (2017, p.106) conceituam que esta pode ser: a) vinculada, “a sociedade civil indica o seu representante. A Associação de Hotéis da comunidade, por exemplo, indica qual participante da associação irá representar o setor”; b) vinculada funcional, a exemplo das pessoas que ocupam o espaço por meio do trabalho nas secretarias municipais, “elas ocupam a cadeira como representante no conselho, na maioria das vezes”; c) não vinculada, quando a pessoa é convidada a tomar alguma cadeira no conselho devido as suas competências; d) mista, que “é a junção entre a representação vinculada

e não vinculada”.

Mata e Emmendoerfer (2017, p. 106) continuam conceituando que os conselhos podem ser consultivos, deliberativos e fiscalizadores. No primeiro caso, “apenas se votam projetos, os conselheiros são consultados, cabendo outro setor decidir sobre recursos, planejamentos e assuntos da pauta”. No segundo, o conselho tem poder decisório e autonomia para o uso de recursos financeiros. E no terceiro, o conselho acompanha e monitora as políticas designadas. A composição dos conselhos pode ser definida “pelo número de partes em bipartites, tripartites ou múltiplos”. Pode-se exemplificar um caso bipartite “quando a composição é formada por membros da sociedade civil organizada e do governo, ou seja, duas partes” e assim por diante.

Dessa forma, os conselhos são caracterizados por essa gestão descentralizada e participativa, junto a diversos atores para a consulta e/ou deliberação de ações para o planejamento, intermediando ações administrativas públicas e privadas, mais as percepções da população receptora, turistas e visitantes (Castillo et al, 2021), para o desenvolvimento turístico de uma cidade. Além de que, são espaços que mesmo com as crises políticas e gestões mais conservadoras, como o Governo Bolsonaro (2019), cenário este em que várias organizações populares ligadas ao setor público foram encerradas, a maioria dos conselhos municipais, estaduais e federais conseguiram permanecer (Kalaoum e Trigo, 2021), demonstrando a consolidação desses espaços e sendo importante o entendimento de seu funcionamento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa descritiva, exploratória, bibliográfica, documental e de campo, de abordagem qualitativa (Gil, 2017), delimitando-se no município de Itambé, Pernambuco, ao campo do Conselho Municipal de Turismo de Itambé. Foi realizada num período de seis meses, de Maio a Outubro de 2024, iniciada por levantamento bibliográfico, a procura de textos por meio das palavras-chave: “Conselhos Municipais de Turismo”, “Programa Nacional de Municipalização do Turismo” e “Programa de Regionalização do Turismo”. As bibliografias foram coletadas da Plataforma CAPES, Scielo, Google Acadêmico, e periódicos de universidades federais. Após seleção das leituras, deu-se início aos fichamentos, leitura e produção textual, culminando na formulação do questionário.

No primeiro momento da coleta de dados foi realizada a leitura das dezessete atas das reuniões do Conselho Municipal de Turismo de Itambé, pedidas diretamente ao presidente do conselho, visto que as atas não são publicadas. A leitura das atas foi feita de forma objetiva para identificar as ações do COMTUR e captar os atores e organizações presentes nas reuniões,

identificados por meio das assinaturas de presença e quórum, contribuindo também para a formulação do questionário e quadro de tipos de vínculos para as redes.

O questionário para entrevista exploratória foi aplicado a cinco conselheiros titulares, visto que “as entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras.” (Quivy e Campenhoudt, 1988, p. 69). Foi impossibilitada a participação da sexta conselheira titular por motivos de compatibilidade das agendas.

Foi escolhido aplicação do questionário aos membros titulares, devido aos prazos de entrega da pesquisa e facilidade de comunicação com os entrevistados. As entrevistas foram presenciais, e de forma igual e individual com cada conselheiro, com duração de no máximo uma hora e mínimo de meia hora. Todos os entrevistados consentiram e assinaram o termo de consentimento de utilização de dados. Iniciava-se as entrevistas apresentando a pesquisa aos entrevistados, pedindo os consentimentos de gravação de voz para consultas e uso de dados.

O questionário contém quinze perguntas, separadas por quatro seções: 1) Atributo do conselheiro; 2) Percepção sobre desenvolvimento turístico; 3) A percepção sobre o COMTUR; 4) Redes de interação. Seguia-se com base no questionário, deixando os entrevistados livres para responderem o quanto quizessem de cada pergunta e após o final das perguntas, os conselheiros preenchiam um quadro de vínculo, que seria utilizado para formar as redes de interação.

Para o quadro de vínculos para preenchimento dos conselheiros, foram coletados todos os nomes que apareceram nas atas, e foi considerado seis tipos de vínculos: Amizade, trabalho, político-partidário, confiança para trabalho e troca de recursos/informações e apoio. Os conselheiros assinalavam os vínculos existentes com os nomes listados, podendo ser marcado mais de um vínculo, e em caso de inexistência de vínculo, não precisando assinalar.

Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas uma semana após as eleições municipais de 2024, sendo feitos alguns questionamentos adicionais em relação à mudança de gestão da prefeitura. As implicações deste período para o conselho e entre os conselheiros são evidenciadas através das entrevistas e das redes, sendo um diferencial deste trabalho.

A técnica utilizada para análise foi a de análise de conteúdo que “visa descrever de forma objetiva, sistemática e qualitativa o conteúdo manifesto da comunicação” (Gil, 2017, p.54) e a Análise de Redes Sociais - ARS (Mizruchi, 2006), e para a formação das redes foram passadas as informações dos quadros de vínculo do Excel para o software UCINET. Os indicadores qualitativos descritos no referencial teórico para análise e formulação das perguntas do

questionário foram: descontinuidade política e atuação do poder executivo do município (Almeida e Costa, 2007), a visão sobre os elementos endógenos da localidade, tais como as potencialidades do município e infraestrutura (Campos, Mariani e Thomaz, 2016) e a capacitação e orientação dos conselheiros (Feger *et al.* 2024).

Para análise da rede de interação do conselho, levou-se em consideração os fatores sentimento de pertencimento e cooperação, compartilhamento de recursos, desavenças entre interesses e ideias (Coutinho e Nóbrega, 2019) e confiança interpessoal (Lacerda, Endres e Tomazzoni, 2024), além de trabalho e relações de amizade.

As técnicas e indicadores foram selecionados por sua capacidade de revelar aspectos sutis e complexos do fenômeno estudado, permitindo uma compreensão mais profunda das percepções dos conselheiros sobre o desenvolvimento turístico local. A metodologia se mostra adequada para atender os questionamentos da pesquisa, oferecendo novas ideias para a reflexão do planejamento turístico do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Itambé/PE e o turismo

O município de Itambé, localiza-se na Mata Norte de Pernambuco, na divisa com Pedras de Fogo, na Paraíba, e é formado pela sede e os distritos de Caricé, Ibiranga e Quebec, contando com 34.935 habitantes (IBGE, 2022). Está também a 53 km da capital paraibana João Pessoa, e a 92 km de Recife. As principais atividades econômicas do município são o comércio e serviços (Ministério do Turismo, 2024), além das plantações de cana-de-açúcar.

O nome Itambé vem do vocábulo indígena, que significa “Pedra Afiada” ou “Pedra de Amolar”, que foram usadas em isqueiros, que também se tem a denominação de “Pedras de Fogo”, nome dado a cidade irmã paraibana (Prefeitura Municipal de Itambé, 2024). Itambé foi fundada por André Vidal de Negreiros, que instituiu uma capela, por invocação de Nossa Senhora do Desterro, padroeira da cidade (Prefeitura Municipal de Itambé, 2024). Em 1796, Manuel Arruda da Câmara instalou o Areópago de Itambé, onde discutiu as ideias que originaram a revolução de Pernambuco e a Independência do Brasil. Berço da maçonaria brasileira, Itambé possui potencial de turismo cultural, rural e religioso (Ministério do Turismo, 2024).

De acordo com os dados do Relatório de Atividades Turísticas de Itambé/PE do Sistemas de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro (Ministério do Turismo, 2024), Itambé está formalmente ligada à governança regional e estadual de turismo, estando no Mapa do Turismo

Brasileiro, na Região Turística Engenhos e Maracatus e exerce o papel de oferta complementar, tendo como principais segmentos o cultural e rural.

Em relação aos documentos norteadores de políticas públicas no município, este ainda não possui o Fundo Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Turismo e /ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo e também não possui inventário turístico.

Dentre os projetos acerca da atividade turística, apresenta-se o Projeto Descubra Itambé, promovido pela Gerência Municipal de Turismo. O projeto consiste num tour guiado pelos monumentos da cidade, retratando a história do local para estudantes do ensino fundamental e médio das escolas municipais e estaduais. Mesmo com sua inserção no Mapa do Turismo Brasileiro e na Região Turística Engenhos e Maracatus, Itambé ainda não está em uma rota turística comercializada.

COMTUR de Itambé e percepção dos conselheiros

O Conselho Municipal de Turismo em Itambé/PE foi criado em 2019 e é composto por seis representantes: um representante da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, um representante da Câmara Municipal de Itambé, um representante dos Meios de Hospedagem, um representante da Classe de Artesãos, um representante de Entidades Folclóricas e um representante de donos de bares e restaurantes, cada um com um suplente e cada representante atenderá ao mandato de dois anos. O COMTUR não possui estatuto/regimento interno.

Considerando a caracterização dos conselhos proposta por Mata e Emmendoerfer (2017), o COMTUR de Itambé, PE, é um conselho setorial e consultivo, composto por representantes da sociedade civil e do governo, com cerca de dois a três membros para cada grupo representativo. De forma geral, a representação tem parte vinculada politicamente à gestão municipal, embora também inclua representantes não vinculados, da oposição, refletindo a diversidade de atributos dos participantes. Assim, a composição do conselho é tripartite.

No Relatório de Atividades Turísticas de Itambé/PE do Sistemas de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro (Ministério do Turismo, 2024), foram identificados vários projetos ou ações realizadas pelo COMTUR desde a sua formação. O quadro a seguir apresenta de onde veio as idealizações e mobilizações, os órgãos, entidades ou indivíduos que se articularam para a execução dessas ações e projetos.

Quadro 2 – Projetos e ações realizadas pelo COMTUR entre os anos de 2019 e 2024.

AÇÃO/PROJETO	IDEALIZAÇÃO /MOBILIZAÇÃO	ARTICULAÇÃO	EXECUÇÃO
Rota Turística pelos Monumentos Históricos de Itambé	Presidente do conselho/Gerência de Turismo	Conselho	Conselho
Profissionalização do presidente do COMTUR em guia de turismo	Presidente do conselho/Gerência de Turismo	Presidente do conselho/Gerência de Turismo	Presidente do conselho/Gerência de Turismo
Curso de Trilhas e Guiamento Rural	Conselho	Gerência de Turismo e prefeitura	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
Participação em reuniões da Instância de Governança	Conselho	Gerência de Turismo e prefeitura	Presidente do conselho/Gerência de Turismo
Adesão do município ao Mapa do Turismo Nacional	Conselho	Prefeitura e conselho	Prefeitura
Realização de visitas técnicas nas zonas rurais e urbanas do município para mapeamento de atrativos	Conselho	Conselho junto apoio da prefeitura	Conselho junto apoio da prefeitura
Guiamento de estudantes de forma pedagógica	Conselho	Conselho junto a professores conselheiros e escolas municipais e estaduais do município	Conselho junto a professores dos municípios
Participação da Agrinordeste e na Feira Nacional de Negócios de Artesanato (FENEARTE)	Presidente do conselho/Gerência de Turismo, vice presidência do conselho	Presidente do conselho/Gerência de Turismo e prefeitura, associação de artesãos do município	Presidente do conselho/Gerência de Turismo, prefeitura e artesãos
Criação do instagram ItambePeOficial	Presidente do conselho/Gerência de Turismo	Presidente do conselho/Gerência de Turismo	Presidente do conselho/Gerência de Turismo

Rota pedagógica Descubra Itambé	Presidente do conselho/Gerência de Turismo e Conselho	Presidente do conselho/Gerência de Turismo e Conselho, junto a professores conselheiros	Presidente do conselho/Gerência de Turismo e professores conselheiros
Formação no Espaço Lucianon sobre a história de Itambé	Conselho	Conselho junto a professores conselheiros	Professores historiadores
Folders impressos com os atrativos e equipamentos turísticos de Itambé	Presidente do conselho/Gerência de Turismo e Conselho	Presidente do conselho/Gerência de Turismo e prefeitura	Prefeitura
Vídeo Turístico de Itambé, através da Lei Aldir Blanc	Presidente do conselho/Gerência de Turismo	Presidente do conselho/Gerência de Turismo e videomaker contemplado do município pela Lei Aldir Blanc	Videomaker contemplado do município pela Lei Aldir Blanc e texto do presidente do conselho
Solicitações junto ao poder executivo (ofícios assinados pelos conselheiros para manutenção e revitalização de espaços de visitação turística e pedido de espaço para um Centro de Atendimento ao Turista)	Conselho	Presidente do conselho/Gerência de Turismo e conselheiros	Prefeitura

Fonte: Autoria própria a partir da leitura das atas de reunião do conselho, entrevistas e Relatório de Atividades Turísticas de Itambé

Percebe-se a atuação ativa do conselho e principalmente do presidente na idealização e mobilização desses projetos, e que para a execução de alguns deles, não foi necessário o apoio da gestão municipal. Durante as entrevistas foi destacado pelos conselheiros como uma ação de mérito do conselho a inserção do município ao Mapa do Turismo Brasileiro, em que antes, não se ouvia falar em turismo em Itambé, e que o conselho fez com que o turismo virasse pauta na agenda municipal. Em relação à atuação da prefeitura, representada por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, por mais que se perceba o apoio ao COMTUR, alguns conselheiros retrataram que poderia ter sido feito mais, e que mais recursos poderiam ter sido investidos no turismo através destas ações.

Adicionalmente, as leituras das atas demonstram a transparência e a hospitalidade do conselho ao enviar convites para participação nas reuniões de indivíduos interessados em turismo e engajados em atividades, principalmente culturais e educacionais. Os conselheiros demonstraram apreço e pertencimento ao município, sendo este um dos motivos para a participação deles como membros. Observou-se tanto nas atas, quanto nas entrevistas, algumas insatisfações em decorrência da falta de retorno de algumas solicitações, projetos e ofícios assinados e apresentados que não foram atendidos e executados.

Uma questão que também foi observada nas falas das entrevistas, foram os conflitos e desanimo por parte dos conselheiros advindos das eleições municipais, ocorrendo alguns afastamentos, e percebe-se atualmente a falta de reuniões e vigor que eram percebidos nos anos anteriores. Apesar disso, Itambé é um município que tem representação ativa nas reuniões de instâncias de governança do Programa de Regionalização do Turismo, por meio da Região Turística de Engenhos e Maracatus.

Sobre a nova gestão municipal que entrará em vigor em 2025, e mesmo a descontinuidade política, apontada por Almeida e Costa (2007), sendo algo que só poderá ser percebido futuramente, de forma geral os conselheiros almejam que esta seja uma gestão exitosa, que leve o turismo em Itambé a sério e que o conselho continue atuante, não perdendo seu espaço no Mapa do Turismo Brasileiro e desenvolvendo os projetos já realizados.

Evidencia-se também a relação do conselho com a educação, articulando-se com escolas e professores da rede pública e privada, que por meio do projeto da rota turística dos monumentos históricos, culminou no Descubra Itambé, que pode ser considerada uma rota de turismo histórico e pedagógico. Além da rota, destaca-se as formações sobre a história de Itambé realizadas através da articulação do COMTUR e conselheiros que são professores, com outros professores. Isso pode ser explicado através de alguns atributos dos conselheiros, decorrentes da sua ocupação e principalmente de suas formações profissionais. A seguir, um quadro para visualização desses atributos referentes a representação, ocupação e formação, alinhados aos representantes de cada cadeira no conselho:

Quadro 3 – Atributos dos conselheiros

CÓDIGO DO CONSELHEIRO	REPRESENTAÇÃO	OCUPAÇÃO	FORMAÇÃO
9	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes	Servidor efetivo da Prefeitura Municipal de Itambé (Agente administrativo e diretor de turismo)	Licenciatura em história, Graduação em Direito e Guia de Turismo

16	Meios de Hospedagem	Não identificado	Licenciatura em Geografia e bacharelado em Turismo
23	Donos de Bares e restaurantes	Coordenadora de projetos pela Secretaria Municipal de Educação de Itambé	Doutorado e mestrado em Educação; Especialista em História do Brasil, Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas Latu Sensu e Pesquisa Avançada em Educação; Graduação em História
24	Classe de Artesãos	Aposentada	Graduação em História; pós no Ensino da História do Brasil e em Gestão Escolar
29	Entidades Folclóricas	Gerente de área de produção em empresa de confecções e artesã	Bacharel em secretariado executivo

Fonte: Autoria própria a partir da leitura das atas de reunião do conselho, entrevistas e breve pesquisa na Plataforma Lattes.

Observa-se que dos cinco conselheiros entrevistados, quatro apresentam alguma formação na área da educação, além de dois deles terem formações relacionadas diretamente ao turismo. É importante pontuar que dois desses conselheiros que são professores e atuam como representantes do setor privado nas cadeiras de Donos de Bares e Restaurantes e Meios de Hospedagem, visto a falta de interesse desse setor quanto à participação no conselho. Esta relação dos trabalhadores da educação com o COMTUR, reflete as ações realizadas, visto que as demandas do setor privado podem não estar sendo atendidas por não ocorrer de fato uma representação de indivíduos que fazem parte dessa realidade.

O município conta também com projetos de divulgação, destacando-se o vídeo turístico de Itambé, através da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020), trabalho conjunto entre os conselheiros, executado pelo contemplado da Lei e texto do presidente do conselho. Outro meio de divulgação é o Instagram citado no Relatório, que é uma conta não institucional administrada pelo presidente do COMTUR e voltada para o compartilhamento de fotos e vídeos de atrativos, visitas técnicas, reuniões importantes do COMTUR e eventos culturais, permitindo uma maior interação e visibilidade da cidade no meio digital. Foram feitos também folders impressos com os atrativos e equipamentos turísticos de Itambé, podendo ser considerado um pequeno inventário da cidade.

As capacitações, defendidas por Feger *et al.* (2024) estiveram presentes nas ações do Relatório. Evidencia-se o curso de Trilhas e Guiamento Rural pelo Serviço Nacional de

Aprendizagem Rural (SENAR), através da gerência de turismo e secretaria, advindos da preocupação do conselho em ter pessoas capacitadas no município e para mapear os possíveis atrativos turísticos na zona rural. O curso primeiramente foi aberto aos conselheiros, sendo disponibilizado também para residentes interessados não vinculados ao conselho.

As visitas técnicas realizadas pelo COMTUR, com apoio da secretaria, também foram ações para conhecer mais do município e averiguar as potencialidades turísticas e infraestruturas, mostrando a preocupação dos conselheiros sobre esses elementos endógenos da localidade (Campos, Mariani e Thomaz, 2016), principalmente da zona rural. Em relação a profissionalização do presidente em guia de turismo, este buscou capacitar-se por si próprio para ocupar a cadeira da gerência de turismo.

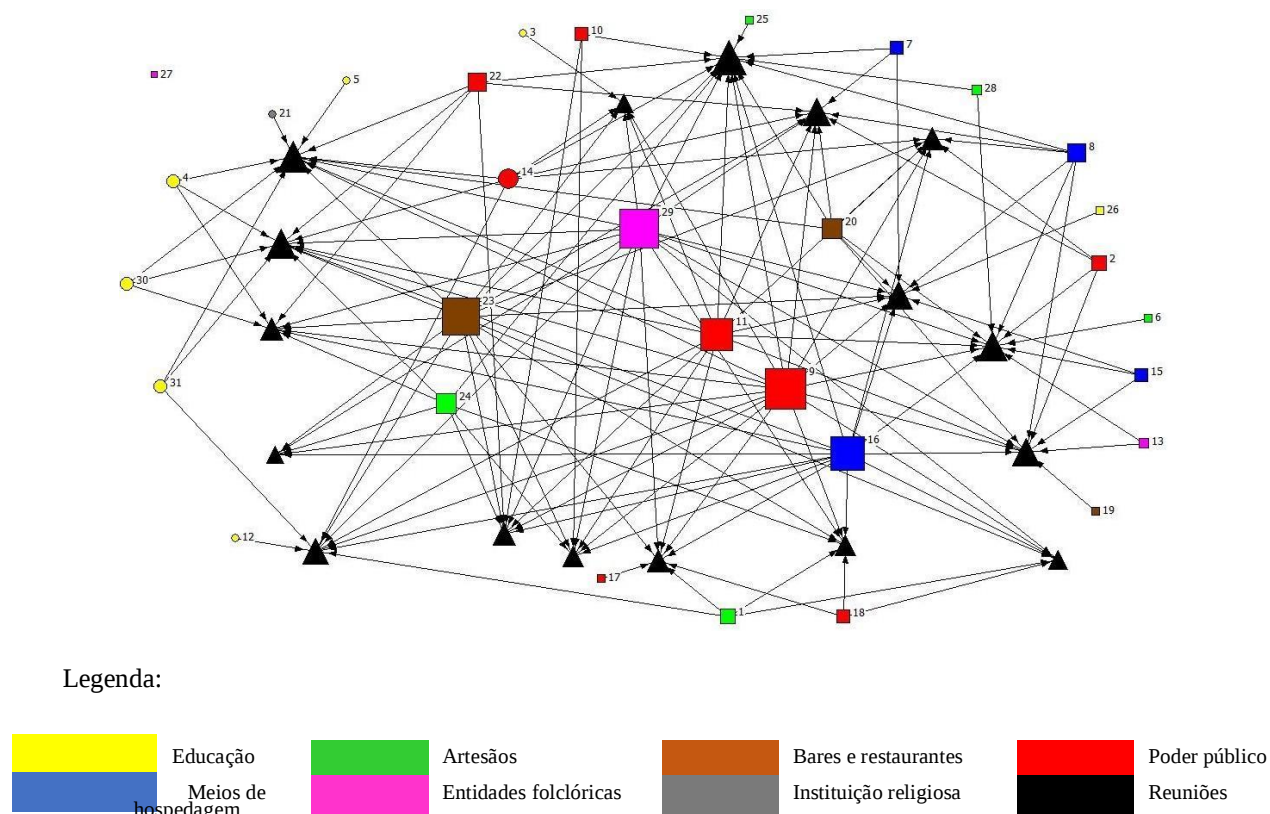
Ao serem perguntados sobre como avaliam o desenvolvimento turístico em Itambé, os entrevistados deixaram novamente claro a importância do COMTUR para a mobilização e conhecimento de Itambé como potencial destino turístico, mas que ainda precisa de uma maior disponibilidade de recursos e apoio da gestão municipal. Também percebem que o conselho antes ativo, estagnou por conta das eleições municipais, mas que apresenta conselheiros comprometidos e dispostos a contribuir para o desenvolvimento turístico de Itambé.

Redes de interação do COMTUR/Itambé

Em relação aos tipos de vínculo dos conselheiros com os indivíduos participantes do COMTUR e suas reuniões, foram constatadas algumas particularidades. As redes foram construídas a partir de um quadro com o nome de todos indivíduos citados nas atas e enumerados. Foi utilizado o software UCINET a partir das planilhas de Excel, contendo as informações do quadro de vínculos. As identificações foram feitas da seguinte forma: os quadrados representam os membros titulares e suplentes do conselho, e os círculos representam os convidados/ouvintes. As cores representam o tipo de representação do indivíduo.

A figura 1 retrata a presença dos conselheiros e convidados nas dezessete reuniões ocorridas entre agosto de 2019 e março de 2024.

Figura 1 - Rede de presença nas reuniões



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Os triângulos pretos são as reuniões, os círculos são os convidados e os quadrados representam tanto os suplentes como os membros titulares do conselho, ocorrendo entre esses atores poucas ausências e até casos de não ausência, como do conselheiro representante do poder público (9), no caso o Presidente do Conselho (como é de se esperar já que a agenda das reuniões partia do representante da prefeitura). Ao lado dele, no centro da rede, a presença do representante da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer (14), mesmo na condição de convidado.

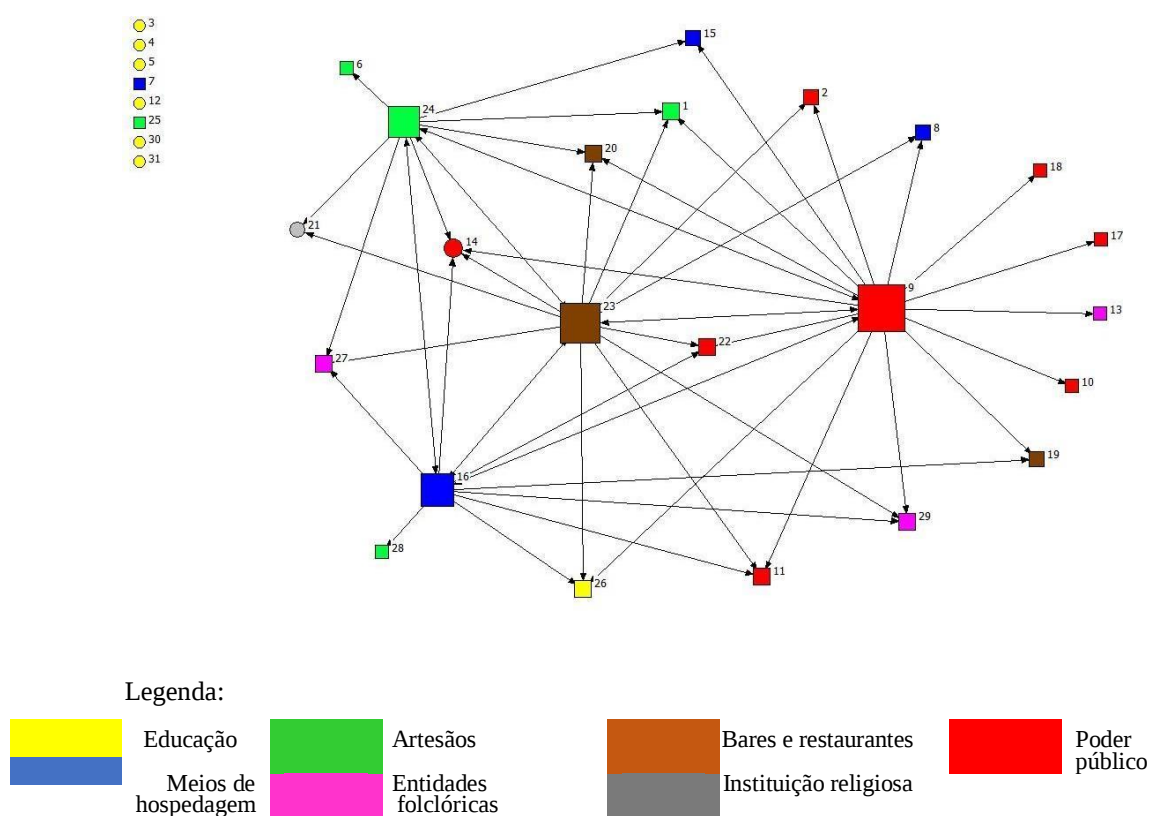
Dentre as cadeiras oficiais, a mais ausente é a da classe dos artesãos, como pode ser observado nas bordas da rede da Figura 1. Ali estão os indivíduos números 25, 6, 28, 1 com uma ou apenas duas participações nas reuniões. Pode-se observar também uma sobreposição de interesses, já que a representante das entidades folclóricas (29) é artesã e faz parte da Associação de Artesãos da cidade. Nesse caso, uma simbiose positiva, já que tende a fortalecer a cultura local e o seu papel como principal segmento turístico de Itambé.

Outra peculiaridade é que os representantes dos bares e restaurantes (23) e dos meios de hospedagem (16) são professores que se dispuseram a preencher essa lacuna deixada pelo setor

privado, que mostrou pouco interesse. Observa-se na rede a participação de vários outros professores (3, 4, 5, 12, 30, 31) ao longo das reuniões, mesmo na condição de suplente. Essas são características que permitem entender os rumos tomados pelo conselho a partir de algum de suas ações, como pode ser visto no Quadro 2. Entretanto, apesar do maior quantitativo dessa classe, dentre os outros conselheiros e suplentes, eles não possuem vínculos de trabalho, como pode ser visto na rede da Figura 2, onde estão dispostos na lateral esquerda na rede, sem conexão com os demais indivíduos. A exceção é o indivíduo 23, que demonstra certa centralidade, mesmo que mais pela sua condição de representante do setor privado do que do sistema educacional.

A Figura 2 traz a rede dos vínculos de trabalho entre os conselheiros e convidados.

Figura 2 - Rede de vínculo de trabalho

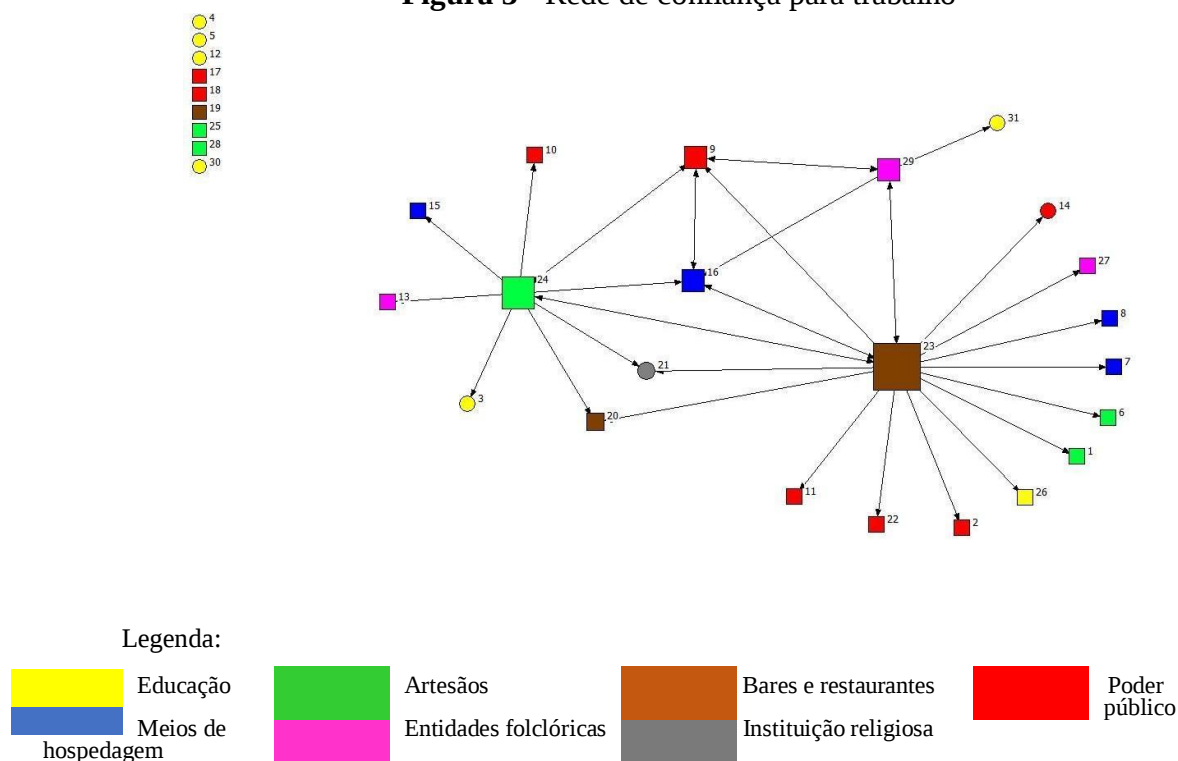


Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Os vínculos de trabalho mais expressivos podem ser percebidos entre o Presidente do Conselho (9) e os demais conselheiros. As muitas conexões sugerem que grande parte dos membros do conselho tem algum tipo de trabalho direto ou indireto com a prefeitura. Tratando-se da realidade das cidades do interior, em que os contratos de trabalho com a prefeitura são comuns, a rede da Figura 2 reflete essa realidade e a centralidade desse indivíduo (9) em

conectar representante de segmentos diferentes. A confiança para trabalho também foi usada como tipo de vínculo importante para a análise das redes, podendo ser vista pela figura 3.

Figura 3 - Rede de confiança para trabalho



Legenda:

Educação
Meios de hospedagem

Artesãos
Entidades folclóricas

Bares e restaurantes
Instituição religiosa

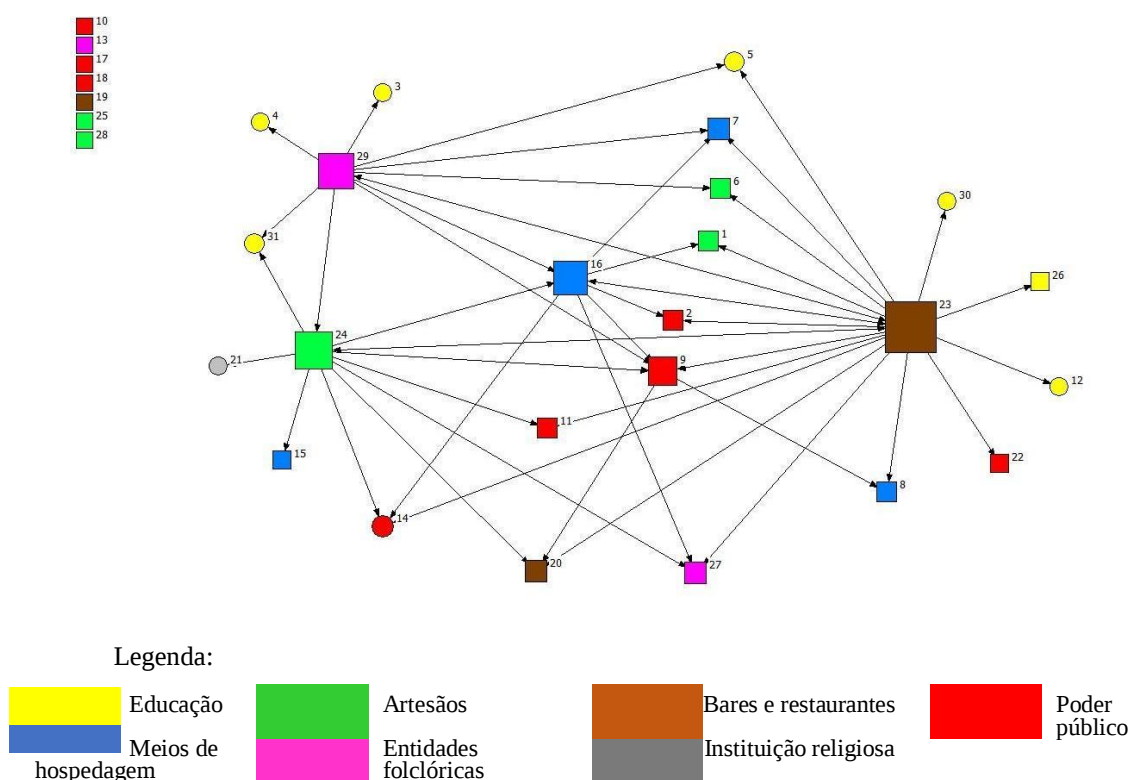
Poder público

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Das redes apresentadas, a de confiança no trabalho é a menos densa, com poucas conexões entre os seus membros. Destacam-se os indivíduos 16, 9 e 29 que possuem uma relação de confiança recíproca e também servem como pontos de conexão que intermediam as relações entre os demais participantes dessa rede, apesar da centralidade do representante dos bares e restaurantes e do representante dos artesãos. Destaca-se a centralidade do indivíduo 23 em possuir confiança em diversos atores, mas possuir confiança mútua entre os conselheiros, sendo os números de conexões mais expressivos entre os conselheiros titulares. É uma rede de confiança de baixa densidade, poucas relações do total de relações possíveis, o que pode comprometer a efetividade das ações do COMTUR.

A quarta rede para análise das relações entre os conselheiros foi sobre os vínculos de amizade, como mostrado na Figura 4.

Figura 4 - Rede de amizade



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

A rede de amizade demonstra uma distribuição de sub-redes, mas que também apresentam seus indivíduos centrais com ativa interação. Esses indivíduos centrais como o 23, 24, 16, 9 e 29 são justamente os membros titulares, possuindo em alguns casos o sentimento de amizade mútua (há que se lembrar que apenas os conselheiros titulares foram entrevistados, inviabilizando uma análise mais completa). O indivíduo 23 coloca-se na rede como aquele que possui mais vínculos de amizade, desempenhando um papel importante de conexão entre estes e o demais membros do conselho já que os indivíduos 30, 26, 12 e 22 não interagem entre si e nem com a rede. O representante dos artesãos (24) também tem papel importante, reforçado pela sua centralidade nas redes de trabalho, amizade e confiança.

Por meio das redes das Figura 1, 2, 3 e 4, entende-se que Conselho Municipal de Turismo de Itambé/PE como uma rede institucional de representação diversa, fortalecido por laços de amizade e relações de trabalho que não reverberam com a mesma intensidade no que diz respeito aos vínculos de confiança, que possui baixa densidade e outras conexões entre muitos indivíduos. Aqui, importante observar que o presidente do conselho (9) é o indivíduo mais confiável, com quatro indicações (Figura 3), o que lhe atribui poder, pois se espera que este desempenhe o papel que lhe é esperado. Outra questão a observar é que a presença de

convidados (círculos) garante a grupos de interesse externo, como educação e instituições religiosas, estejam conectados, mesmo que de forma menos direta, e embora não sejam centrais, têm conexões com vários representantes, garantindo que suas vozes possam ser ouvidas durante as decisões, principalmente através dos vínculos de amizade.

Percebe-se também a figura do presidente (9), como um articulador, não se encaixando nos parâmetros do personalismo, visto que este apresenta centralidade nos vínculos de confiança, além de as redes de relacionamento de trabalho e amizade fomentarem tanto a cooperação quanto a divergência de ideias, revelando a complexidade das dinâmicas internas (Coutinho e Nóbrega, 2019). Isso mostra a importância deste indivíduo para as ações do COMTUR, e caso ocorra sua saída, o desenvolvimento das ações pode estar comprometido.

A materialização institucional em forma de rede possibilita a visualização das relações no conselho (Coutinho e Nóbrega, 2019), o que cada conselheiro pensa de seus cooperadores e parceiros no planejamento turístico, principalmente as relações de confiança existentes, pois é essa confiança, advindas muitas vezes do trabalho ou amizade, que dão a chance para a prática da boa governança (Endres e Pakman, 2019). A confiança estabelecida entre os próprios conselheiros, principalmente em relação ao presidente, e a influência de cada um deles para outras representações, é e foi importante para as ações desenvolvidas no turismo em Itambé.

Segundo Costa, Borges e Silva (2020), essas redes atuam como um canal estratégico de comunicação, facilitando o planejamento e a organização do turismo. Além disso, conforme Lacerda, Endres e Tomazzoni (2024), essa materialização das relações é crucial para o planejamento descentralizado. O sucesso das ações, portanto, depende da interdependência dos atores envolvidos, como apontam Coutinho e Nóbrega (2019), ficando claro como a pouca confiança mútua entre os atores podem comprometer o desenvolvimento turístico de Itambé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Municipal de Turismo de Itambé, através da análise da leitura das atas, entrevistas e redes de interação, mudou o cenário para que se tenha mais oportunidades para o turismo na região. Mesmo com as divergências políticas de alguns membros, que afetaram algumas relações no período eleitoral, falta de recursos ou atuação maior do poder executivo, percebidos e expostos pelos próprios conselheiros.

O presidente do conselho é notado como uma personalidade central e de referência para os demais conselheiros titulares quando se trata de cooperação e confiança (Lacerda, Endres e Tomazonni, 2024), demonstrando seu papel de articulador e não se encaixando no personalismo

descrito por Coutinho e Nóbrega (2019). A questão de confiança e troca de informações foram percebidas também em relação aos representantes de bares e restaurantes e meios de hospedagem, apesar destes não fazerem parte da realidade do segundo setor.

Pela percepção dos conselheiros, as ações do Conselho Municipal de Turismo repercutem no planejamento do desenvolvimento turístico de Itambé/PE a partir da prerrogativa de que o conselho continue ativo, junto a disponibilidade de recursos e a priorização do turismo na agenda da gestão municipal, sendo esses fatores cruciais para o avanço da atividade turística em Itambé. Os membros reconhecem que o município ainda está em fase de estruturação e defendem que o turismo doméstico para que os moradores conheçam a cidade e sua história, seja o foco inicial, principalmente tendo em vista a forte presença de representantes da educação no conselho, apesar de não exercerem essa cadeira no conselho. A preocupação em manter Itambé no Mapa do Turismo Brasileiro e em promover o destino de forma efetiva é um dos principais motivadores para garantir que o desenvolvimento turístico não estacione.

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar o Conselho Municipal de Turismo de Itambé/PE e a sua contribuição para o desenvolvimento turístico local a partir da percepção dos seus membros, além de analisar as relações de trabalho, amizade, política e confiança entre eles, sendo feita a identificação das redes sociais nesta instância de governança turística estabelecidas em Itambé, e apresentar o COMTUR e a visão dos conselheiros sobre as ações e projetos para o desenvolvimento turístico no município.

Sugere-se para outros trabalhos analisar se essas percepções estão ou não mais próximas da realidade do município, e através de outros indicadores ou parâmetros de análise saber até que ponto há ou não desenvolvimento, além da formulação de redes com mais participações para uma visualização mais detalhada deste espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E.; COSTA, C. O planejamento turístico entre os municípios brasileiros de pequena e média dimensão. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**, [S. l.], v. 2, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=0b30ee4bab9ef329JmltdHM9MTcyMDEzNzYwMCZpZ3VpZD0zOTcyNmMyNi0xOTk2LTlywZDQtMTFkNS03OGI1MThjNzYxM2QmaW5zaWQ9NTE4OQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=39726c26-1996-60d4-11d5-78b518c7613d&psq=O+planejamento+tur%c3%adstico+entre+os+munic%c3%adpios+brasileiros+de+pequena+e+m%c3%a9dia+dimens%c3%a3o&u=a1aHR0cHM6Ly9wZXJpb2RyY29zLmZndi5ici9vaXQvYXJ0aWNsZS9kb3dubG9hZC81NjU3LzQzNzIvMTETwNzQ&ntb=1>. Acesso em: 07 ago 2024.

BOUÇAS DA SILVA, D.L.B.; HOFFMANN, V.E. & COSTA, H. A. Confiança em redes

de cooperação do turismo: análise de seu papel e elementos vinculados em Parnaíba, Piauí, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 9-29, maio/ago de 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1535>. Acesso em: 01 ago 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em 12 ago 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em: [L11771\(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 12 ago 2024.

BRASIL. Lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020. **Diário oficial da União**: Brasília, DF, n. 123, seção 1, p. 1, 30 jun 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 22 out 2024.

BRASIL. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Coordenação Geral de Regionalização**. – Brasília, p. 61, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 30 out 2023.

BURSZTYN, Ivan. Book Review: Turismo e Legado Cultural. Planejamento Turístico Políticas, Processos e Relacionamentos - Colin Michael Hall. Editora: Contexto, 2001. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 4, n. 4, p.1-4, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115417702005.pdf>. Acesso em: 12 ago 2024.

CAMPOS, M.P.; MARIANI, M.A.P.; THOMAZ, R.C.C. Desenvolvimento local e turismo: uma utopia? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 497-516, ago/out 2016. Disponível em: (PDF) Desenvolvimento local e turismo: uma utopia? | Marcos Campos - Academia.edu. Acesso em: 03 set 2024.

CASTILHO, R. A. A. et al. Representações Sociais nas Políticas Públicas de Turismo de Aquidauana-MS, Brasil. **Rosa dos Ventos**, Universidade de Caxias do Sul, Brasil, v. 13, n. 2, 2021. Disponível em: [Representações Sociais nas Políticas Públicas de Turismo de Aquidauana-MS, Brasil \(redalyc.org\)](http://redalyc.org). Acesso em: 23 mai 2024.

COSTA, F. F.; BORGES, A. L. M.; SILVA, R. C. Redes de cooperação na gestão do turismo municipal: um estudo em Araguaína-TO. **CENÁRIO**, ISSN 2318- 8561, Brasília, v. 8, n. 15, p. 78 –99, out 2020. DOI: 10.26512/revistacenario.v8i15.25546. Acesso em: 01 ago 2024.

COUTINHO A. C. A; NÓBREGA, W. R. M. Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.55-70, set./dez 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1543>. Acesso em: 24 mai 2024.

ENDRES, A. V. Planejamento Estatal: do centralizado ao participativo e seus reflexos no

planejamento do turismo no Nordeste. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 13 n. 1, p. 66-78 maio 2002.

ENDRES, A. V. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo e a Constituição do Conselho Municipal de Turismo: em Análise, Belém do Pará. **Veredas - Revista Científica de Turismo**, ano 1, n. 1, 2002. Disponível em: (PDF) Conselho Municipal de Turismo | Ana Valéria Endres Acadêmico - Academia.edu. Acesso em: 05 jul 2024.

ENDRES, A. V.; PAKMAN, E. T. A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-18, jan./abr 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i1.1431>. Acesso em: 24 maio 2024.

FAHEL, A. O. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: solução ou reprodução do problema entre desenvolvimento e meio ambiente? **Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 6, jan/jun 2017. Disponível em: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: solução ou reprodução do problema entre desenvolvimento e meio ambiente? | Semantic Scholar. Acesso em: 03 set 2024.

FEGER, J. E. et al. A Participação Plural no Contexto da Governança do Turismo de Curitiba/PR. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 18, e-2892, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v18.2892>. Acesso em: 23 mai 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa / 1946. Antônio Carlos Gil. – 6. ed. – **Atlas**, São Paulo, 2017.

HALL, C. M. *Tourism planning: policies, processes and relationships*. **Prentice Hall**, 2008. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=d5GFhXYA AAAJ&citation_for_view=d5GFhXYA AAAJ:9yKSN-GCB0IC. Acesso em: 12 ago 2024.

ITAMBÉ. **Lei nº 1833/2019**. Cria o Conselho de Turismo do Município de Itambé, Estado de Pernambuco e dá outras providências. Itambé/PE, 22 jul. 2022.

KALAOUM, F.; TRIGO, L. G. G. Reflexões teóricas sobre Governança Pública e Governança Turística. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 13, n. 1, p. 71-89, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i1p71>. Acesso em: 27 jun 2024.

LACERDA, P. H. F.; ENDRES, A. V.; TOMAZONNI, E. L. Cooperação em Redes de Políticas Públicas de Turismo com Base na Confiança Interpessoal: Evidência do caso de Petrolândia/PE. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 12, n. 2, p. 343- 369, mai/ago 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2024v12n2ID34892>. Acesso em: 01 ago 2024.

MATA, G. M. F. DA; EMMENDOERFER, M. L. IGUALDADE PARTICIPATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DOS CONSELHOS GESTORES DE TURISMO DE OURO PRETO E TIRADENTES, MINAS GERAIS, BRASIL. **Rev. Anais Bras. de Est. Tur./ABET**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p.103–114, jan/abr 2017. Disponível em: Igualdade

Participativa e Políticas Públicas: o caso de conselhos gestores de turismo de Ouro Preto e Tiradentes, Minas Gerais, Brasil (usp.br). Acesso em: 29 mai 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Relatório de Atividades Turísticas - Itambé - PE. **Sistemas de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro**. Disponível em: Mapa - Ministério do Turismo. Acesso em: 20 ago 2024.

MIZRUCHI, M. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902006000300013>. Acesso em: 28 out 2024.

QUIVY, RAYMOND; CAMPENHOUDT, L. V. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Tradução por: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. **Manuel Barbosa e Filhos LTDA**, Rua de Almeida e Sousa, 21, r/c, esq, 282 páginas, reservados os direitos para Portugal por: Gradiva - Publicações LTDA, 2ª edição, jan 1988.

SANTOS, N. P. DOS; CRUZ, S. H, R; COSTA, C. Planejamento e desenvolvimento municipal: estudo de caso do plano de desenvolvimento do turismo do município de Bragança. **Paper do Naea**, v. 1, n. 3, Edição/Série 515 ISSN 15169111, 2020. Disponível em: Planejamento e desenvolvimento municipal: estudo de caso do plano de desenvolvimento do turismo do município de Bragança (Edição 515) | dos Santos | Papers do NAEA (ufpa.br). Acesso em: 23 mai 2024.

SOUZA, M. J. L de; RODRIGUES, A. B (org). Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? **Editora Hucitec**, São Paulo, 17-22 p, 1997.